

**EM VÁRIAS REGIÕES DE MOÇAMBIQUE**

# **ABATE INDISCRIMINADO DE ANIMAIS SELVAGENS**

• **Elefantes e zebras os principais alvos de bandidos armados e caçadores furtivos**

N. 25/4/88

**As acções de abate indiscriminado de animais levadas a cabo pelos bandidos armados nos parques nacionais e reservas de caça em Moçambique reduziram a população de elefantes de 54 800, em 1979, para apenas 16 600, no ano passado.**

Roberto Zolho, chefe da Repartição de Conservação e Maneio da Fauna no Ministério da Agricultura, revelou à AIM que os elefantes e as zebras são os animais mais perseguidos pelos bandidos armados, devido à importância económica do marfim e das peles.

O abate de elefantes para fins de contrabando de marfim pelos bandidos armados tem sido largamente referenciado nas declarações de ex-bandidos armados, que se entregam às autoridades moçambicanas ou são capturados em operações militares.

Paulo Oliveira, ex-porta-voz dos bandidos armados em Lisboa e que se entregou recentemente às autoridades, disse numa conferência de imprensa em Maputo, no mês passado, que recebera diversas vezes mensagens dos cabecilhas dos bandoleiros no interior de Moçambique, fazendo alusão a «material branco» (marfim) que saía das bases para ser contrabandeado no exterior através de países vizinhos, como o Malawi.

Zolho considerou como «alarmante»

o decréscimo contínuo da população de elefantes, cuja maior queda em número se registou no período de 1985 a 1986, durante o qual se perdeu 20 por cento do total de animais existentes no país, indica a AIM.

Curiosamente, as exportações de marfim pelas entidades moçambicanas autorizadas têm aumentado à medida que se intensificam as acções das Forças Armadas contra posições dos bandidos armados.

Zolho explicou que esta situação se deve ao facto de grande parte do marfim exportado neste momento ser originário das bases dos bandoleiros.

Até finais de 1986 exportava-se uma média de três toneladas de marfim por ano, mas no ano passado a quantidade de marfim capturado subiu para 60 toneladas.

Sobre a existência de outras espécies, também abatidas pelos bandoleiros, ele indicou os búfalos, os bois-cavalos e as vacas do mato, entre outros, mas sublinhou que estes, por não terem nenhum interesse económico,

destinam-se exclusivamente para o consumo.

Contudo, os bandidos não são os únicos responsáveis pelo decréscimo de espécies animais com interesse económico nos parques nacionais e reservas de caça. Zolho indicou estarem a registar-se casos de caça furtiva nas regiões do Rovuma, no norte do País, e nos distritos de Zumbo e de Mágoè, província de Tete.

Segundo ele, na região de Rovuma, a caça furtiva é promovida por caçadores tanzanianos e somálios, que incitam a população local a abater os animais em troca de bens de consumo. Os promotores de tal prática limitam-se a vir recolher o marfim ou as peles.

Moçambique e a Tanzânia têm uma longa fronteira que é delimitada precisamente pelo rio Rovuma e junto da qual se localiza a maior reserva de caça do país, a Reserva do Niassa, que cobre uma extensão de 15 mil quilómetros quadrados.

Na região de Tete, as autoridades moçambicanas capturaram quatro caçadores furtivos zimbabwuanos no passado mês de Março. Nesta zona, a caça furtiva é realizada não só por zimbabwuanos, mas também por zambianos que chegam ao extremo de utilizar envenenamento de pequenas concentrações de água como forma de abater as presas.

Moçambique possui uma das melhores potencialidades faunísticas na região. As áreas delimitadas para fins de maneio e conservação de fauna, entre parques nacionais, reservas de caça, coutadas (zonas de caça controlada) e áreas em regime de vigilância cobrem uma área de 96 700 quilómetros quadrados, ou seja 12 por cento da superfície total do País.

Se este potencial faunístico for utilizado para fins turísticos em condições de paz poderá render ao País mais de um milhão de dólares por ano, segundo revelou Roberto Zolho, citado pela AIM.